

REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER: EXEMPLO DO PARQUE DAS ANDORINHAS - PRESIDENTE PRUDENTE – S.P - BRASIL.

MORAGAS, Rosana Alves Ribas

Professora do Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás- Campus Jataí-
GO/Brasil

e-mail: rosanarmoragas @ yahoo.com.br

Rua Salgado Filho, 1009 - Setor Planalto – Jataí – Goiás – Brasil – CEP: 75804-111

MORAGAS, Washington Mendonça

Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás- Campus Jataí-
GO/Brasil

e-mail: wm_moragas@yahoo.com.br

Palavras Chaves: lazer, políticas públicas de lazer, planejamento urbano, revitalização, democratização cultural.

Introdução

O presente trabalho tem o intuito de avaliar o uso de áreas de lazer que foram revitalizadas pelo poder público a partir de uma constatação em pesquisa anterior que essa área apesar de ter sido uma reivindicação outrora dos moradores do bairro, fora em momentos posteriores subutilizada por essa mesma população. Atualmente esta área de lazer foi totalmente revitalizada pelo poder público municipal. Para entendimento do tema proposto, foi realizado resgate literário das questões que envolvem as temáticas: concepções de lazer, espaços urbanos para o lazer e planejamento urbano, políticas públicas de lazer, democratização cultural, bem como revitalização em áreas urbanas, especificamente em praças. Tendo como recorte analítico o Parque das Andorinhas, localizado no conjunto habitacional Bartholomeu Bueno de Miranda – Cohab – Presidente Prudente – São Paulo, Brasil.

1- Lazer: divergentes concepções

Ainda não há um consenso entre os estudiosos na forma de se entender o lazer, podendo ser distinguidas segundo Marcellino (1987) duas grandes linhas: a que considera o lazer, como “estilo de vida”, independente de um tempo determinado, e que qualquer atividade humana, inclusive o trabalho, sendo representada entre outros por Riesman (1971); e a que supõe “tempo determinado”, ou seja, liberado do trabalho e também das obrigações sociais, políticas, religiosas, enfim um tempo totalmente livre para se fazer o que tiver vontade, sendo defendida pelo francês Joffre Dumazedier e seus seguidores no Brasil.

O lazer como estilo de vida, como “atitude” será caracterizado pelo sujeito e a experiência vivida, satisfazendo-o pela atividade. Sob este ponto de vista qualquer situação poderá proporcionar a prática do lazer, mesmo o trabalho. Pois na sociedade contemporânea, mesmo quando o indivíduo não sente satisfação, muitas vezes é obrigado a desenvolver atividades profissionais ou familiares.

A concepção que aborda o lazer a um “tempo determinado” também existe algumas lacunas, pois uma mesma pessoa pode, num certo período de tempo, desenvolver mais de uma atividade. Outra questão a ser considerada, é o tempo livre, pois será que existe um tempo realmente livre de coações ou normas de conduta social, ou seria melhor ou mais correto falar em tempo disponível.

Através do trabalho de vários estudiosos, o lazer vem ganhando cada dia mais espaço no Brasil, apesar disto, não existe um consenso em relação ao significado real do termo, nem suas funções e finalidades na sociedade brasileira. Isto se deve principalmente ao subjetivismo com que o assunto vem sendo tratado.

Mesmo com tendências não muito bem definidas, relacionadas às duas linhas já citadas, a grande maioria toma como critério de referência a definição do sociólogo francês Dumazedier (1976:34), para o autor, o lazer é:

O conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda, para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

No Brasil, os estudiosos da área que se destacam em termos de pioneirismo e análise teórica, são o sociólogo Renato Requixa e a educadora e psicóloga Ethel Bauzer Medeiros.

O conceito de lazer apresentado pelos autores não se diferenciam em si. Requixa (1980:35) o apresenta como, “ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”. Já para Medeiros (1971:3), o lazer é o “espaço de tempo não comprometido, do qual podemos dispor livremente, porque já cumprimos nossas obrigações de trabalho e de vida”, e enfatiza também como funções do lazer, o repouso, a diversão e o desenvolvimento pessoal.

Gaelzer analisou o lazer sob três perspectivas: a de lazer-tempo, a de lazer-atitude e a de lazer-atividade. Concluindo com sua análise que é impossível “dividir” o lazer, e formula a sua própria definição, dizendo que o “lazer é a harmonia individual entre a atitude, o desenvolvimento integral e a disponibilidade de si mesmo. É um estado mental associado a uma situação de liberdade, habilidade e prazer” (GAELZER, 1979:54).

Procurando entender o lazer dentro de uma perspectiva de tempo, encontra-se a definição de Santim (1988), que o coloca como forma de suprir, ocupar o tempo livre, que para ele, é o espaço liberado das ocupações produtivas.

Segundo Dumazedier (1980a), o lazer deve ser entendido, como toda atividade constituída por essas quatro propriedades:

- 1 - Caráter liberatório: o lazer resulta de uma livre escolha;
- 2 - Caráter desinteressado: a atividade de lazer não é pragmática;
- 3 - Caráter hedonístico: a atividade de lazer é marcada pela procura de um estado de satisfação;
- 4 - Caráter pessoal: a atividade de lazer envolve toda personalidade.

O autor nos coloca essas propriedades por entender que o lazer faz com que os indivíduos liberem o seu poder de criatividade e de realização pessoal.

Marcellino (1987) analisa que, apesar da polêmica sobre o conceito, a tendência atual entre os estudiosos do lazer, é analisá-lo sob dois aspectos - tempo e atitude. Caracterizada, como uma atividade de escolha individual, praticada no tempo disponível e que proporcione um descanso físico ou mental, o divertimento, o desenvolvimento pessoal e social. Analisando dessa forma, o conteúdo das atividades de lazer é amplo, englobando vários interesses.

Levando em consideração essa análise definiu o lazer como “a cultura - compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível”, Marcellino (1987:33). A polêmica conceitual do lazer permanece quando abordada a questão da sua ocorrência histórica na vida social. Para alguns autores o lazer sempre existiu, pois o trabalho sempre existiu, mesmo nas sociedades tradicionais. Já para outros, o lazer é decorrência da sociedade moderna urbana industrial. Posição defendida por Dumazedier, e seus seguidores no Brasil.

A partir destas diferenças de enfoque, seja em termos conceituais e da ocorrência histórica, é que está o grande esforço da produção teórica dos estudiosos brasileiros do lazer. No entanto, de acordo com a opinião de Marcellino, deveria se ter mais “autenticidade”, no sentido de procurar entender o lazer dentro da nossa realidade social concreta.

Uma outra questão a ser abordada, é que muitos dos conceitos atribuídos ao lazer, por parte de estudiosos no assunto e também no senso comum, dão um grande valor psicossomático ao lazer; entendendo como recuperação psicossomática, a liberação da fadiga física ou nervosa, decorrente das obrigações que os indivíduos enfrentam em sua vida diária. Não negamos o valor do descanso, de diversão, relacionado ao lazer. Mas, analisá-lo apenas com essa ótica, como recuperação do cotidiano estafante do trabalho, corremos o risco de cairmos numa visão reducionista e até certo ponto alienante, como se o ser humano fosse uma máquina que precisa de manutenção periódica.

Acreditamos sim, em um lazer que possa fazer com que o indivíduo livre de suas obrigações do trabalho e sociais, venha proporcionar um encontro com seu “eu”, refletindo sobre sua condição humana individual num primeiro momento e posterior articulação com o mundo circundante.

Analisando todas essas perspectivas, cada uma com a sua lógica interna, é possível perceber que a questão não é tão simples como pode aparentar num primeiro momento; evidenciando mais uma vez, que o lazer faz parte do homem, principalmente na busca de se encontrar consigo mesmo.

Dessa forma, admitimos a importância do lazer para facilitar a integração do indivíduo com seu meio, seja no campo ou na cidade.

2- Espaços urbanos para o lazer e planejamento urbano

Para a efetivação do lazer, o tempo disponível é imprescindível, mas para que isso ocorra é necessário um espaço disponível. E esse espaço, em relação à vida diária da maioria da população, é o espaço urbano.

No que diz respeito ao espaço para o lazer, percebe-se uma série de descompassos. Entre eles o crescimento recente e acelerado de nossas cidades, o aumento da população urbana, intensificada pelo êxodo rural e pelas migrações internas, que não foram

acompanhados em nível de habitação e serviços urbanos, ocasionando desestruturação na vida da cidade.

A cidade é o locus, onde se expressam todas as nossas contradições sociais. É a dialética do estar vivo, do querer e do não querer.

De acordo com Santos (1997:22) “Os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros” gerando com isso certa passividade em relação às decisões que atingem diretamente sua vida. Nas grandes metrópoles isso vem ocorrendo com maior ênfase, dando lugar muito mais ao consumidor do que ao cidadão. Em nome da vida corrida, dos problemas urbanos, acabamos deixando de lado a nossa responsabilidade enquanto comunidade e moradores do espaço urbano, o que vem ocasionar, de acordo com Requixa (1974), a chamada carência de participação das populações urbanas no próprio desenvolvimento urbano.

É nesse contexto, que Marcellino (1983a) nos coloca que é perfeitamente lógica, a falta de espaço para o lazer. Esclarece ainda que, nas grandes cidades sobra pouca, ou quase nenhuma oportunidade para a convivência humana.

Devido a essa má estruturação urbana, que muitas pessoas sempre que têm oportunidades, procuram espaços fora das cidades, para um contato mais direto com a natureza.

Alguns estudiosos chegam à conclusão que essa ocupação desordenada das áreas urbanas acaba por gerar uma deterioração da qualidade de vida das pessoas. Arthur da Távola, citado por Bauzer (1983:52), comenta que:

A sociedade industrial e o processo de urbanização invadiram o espaço das cidades e tomaram conta do tempo das pessoas. Estas foram perdendo a relação equilibrada e harmônica com o tempo e espaço, na ilusão de que os utilizavam (espaço e tempo) racionalmente e de que os estavam pondo a serviço do próprio progresso e do progresso da comunidade, do país, do mundo etc.

A rua é um exemplo claro disso, pois atualmente nas cidades grandes e médias, elas tornaram-se perigosas, condicionando as pessoas a ficar dentro de suas casas, o que vem modificando os hábitos de lazer e as formas de relações sociais. Ocasionalmente sem dúvida a redução da convivência de rua, levando a valorização do lazer individual, e conseqüentemente o uso da televisão e o rádio com mais freqüência, muitas vezes responsáveis pela massificação cultural.

Seguindo essa mesma linha de pensamento a arquiteta Thelma Patlajan, em “Urbanização e Lazer” (1978:43) diz:

O lazer deveria ser elemento enriquecedor das atividades obrigatórias e, como função básica, teria de oferecer possibilidades para que o homem se integre e utilize da melhor maneira o espaço que o ambiente lhe oferece, ou seja, não precise dele fugir, entrando no espaço das telecomunicações (cinema, televisão, etc.).

A autora aborda ainda, que na cidade pouco se tem em termos de espaços abertos ou construídos para o lazer de sua população. Considerando também que o lazer é inerente ao

homem, a estrutura da cidade, deveria proporcionar ao mesmo, uma cidade mais humana, que lhe foi tirada por causa do desenvolvimento acelerado provocado pela industrialização.

Dumazedier (1979:16) esclarece que “O espaço de lazer, tanto quanto espaço cultural, é um espaço social onde se entabulam relações específicas entre seres, grupos, meios, classes”. Sendo o mesmo determinado pelas características da população que o utiliza. Devendo esse espaço respeitar, desenvolver as diferenças culturais destes indivíduos para fugir à uniformização, à padronização.

Um outro ponto abordado pelo autor neste sentido, é o espaço temporal, ou seja, o espaço de lazer enquanto sua delimitação, seu equipamento, sua utilização possam variar com o tempo. Essa abordagem auxilia o entendimento da subutilização da área de estudo, Parque das Andorinhas, pois a mesma foi construída em 1988, e depois de sua implantação quase nada foi modificado, até a atual revitalização do Parque em meados de 2005. Essa concepção, em que o espaço do lazer varia no tempo é identificada com a idéia de cidade dinâmica, que valoriza a multiplicidade do uso dos seus espaços.

Parece comum em muitas cidades brasileiras, a presença de cidade da Carta de Atenas, onde há lugares determinados para cada tipo de uso do solo. Os lugares especiais para o lazer não fogem a regra. Embora, existam outros espaços públicos que também poderiam ter o uso para o lazer, como parte dos espaços da escola, do posto de saúde, das calçadas, da praça da igreja, mas que não tem, ora por causa da própria população que não está habituada, ora pela proibição dos administradores desses locais. Patlajan (1978) chama esses lugares de “lazer cotidiano urbano” ou de “lazer difuso”, pois podem fazer com que os cidadãos penetrem nessas áreas pela própria necessidade que têm de atravessá-las durante os momentos de trabalho ou mesmo durante a sua passagem pela cidade, seja a pé ou de carro. O lazer cotidiano se torna importante porque é inerente à cidade, podendo todos os cidadãos dele desfrutar.

Ainda, segundo Dumazedier (1979:170) “O espaço de lazer deve ser geograficamente implantado no local que melhor convém para cada caso particular”.

Considerando, como objetivo maior, a melhoria da qualidade de vida através da política de lazer, pressupõe a adoção de uma visão humanística do urbano, onde a cidade é o “habitat”, o lugar em que o homem vive e aspira também o lazer. Neste sentido se faz necessário a ordenação e ocupação do território, bem como a localização estratégica dos equipamentos de lazer para que sirva de estímulos à sua utilização. Para tanto torna-se necessária a elaboração de projetos que possibilitem a utilização dos espaços de lazer, contemplando todos os aspectos abordados anteriormente.

Segundo Medeiros (1971), a crescente importância do lazer, devido às conquistas sociais e a automação, estão gerando a preocupação dos administradores, em relação ao reconhecimento dos valores do lazer, bem como ampliando acomodações públicas para a sua prática, merecendo mais atenção no planejamento urbano.

Franceschi (1993:75) comenta que “Os programas de lazer devem estar adequados às realidades onde estão inseridos, sendo respeitados os interesses dos grupos para os quais as atividades serão dirigidas”.

No nosso entender, o planejamento é necessário, principalmente o planejamento urbano, devido à desestruturação das cidades, mas é imprescindível que os planejadores

estejam atentos de que planejamento é um processo. Infelizmente, essa visão ainda não se constitui na prática, pois ao se fazer o planejamento de uma área, muitas vezes ou na sua maioria não é considerado as relações sociais que se estabelecem neste espaço, não se respeitam a atuação das pessoas que moram naquele determinado espaço. Estes são alguns dos motivos porque o planejamento no Brasil não possui grande êxito. Quem executa esses planos geralmente não mora, não faz parte do espaço a ser planejado, as pessoas não estão envolvidas diretamente com aquela realidade social, política e econômica. Dessa forma, gerando espaço público, que não é do público, pois não é concebido como tal.

3-Políticas públicas de lazer

Para uma ação mais efetiva em busca da superação dos equívocos gerados com o termo lazer, é inevitável discutir e garantir a prática da política do lúdico e do lazer.

Tratar a questão das políticas públicas de lazer pressupõe ter clareza de que as políticas públicas não podem perder de vista o contexto concreto em que se constituem.

Podemos observar que as formas pelas quais é concebida a questão do lazer por governantes em um país em desenvolvimento, são pautadas em duas linhas ideológicas que impedem uma correta apreensão a respeito da importância do lazer, são elas: a ideologia das teses sobre a cultura da pobreza e a oposição ao lazer do ponto de vista das prioridades do desenvolvimento.

Atualmente são vários os autores que trabalham com a questão de desenvolvimento de uma política de lazer favorável para o Brasil. Mas os pioneiros nessa questão foram Requiza (1980) e Camargo (1985), depois dessas análises vieram as complementares, tendo como pano de fundo as experiências dos profissionais da área em participação com o poder público no trato do lúdico.

A política de lazer, segundo Requiza, deverá seguir três diretrizes básicas:

- 1- Processo de urbanização e a ordenação dos espaços de lazer;
- 2- Adotar linhas estratégicas de ação: democracia cultural e melhoria da qualidade de vida;
- 3- Operacionalizar a política de lazer: recursos materiais e humanos da ação sócio-cultural.

Ao analisar a primeira diretriz, o autor considera o processo de urbanização em grandes cidades e seus respectivos problemas, alto índice de densidade demográfica, déficit habitacional, exagerada expansão periférica, crescente verticalização, escassez de espaços livres e áreas verdes, precariedade nos transportes e outros. Apresentando também os quatro agentes que interferem na ordenação urbana, são eles: o setor privado, o poder público, as instituições sociais e a população.

Na segunda diretriz, Requiza aborda a democratização cultural como um elemento fundamental para o desenvolvimento das políticas de lazer. É primordial dar condições a todas as camadas sociais de escolherem as atividades artístico-culturais que desejarem (teatro, música, cinema, exposição e outros).

Outro ponto abordado ainda na segunda diretriz é a melhoria da qualidade de vida através da ação do lazer, onde pressupõe a ordenação e ocupação do território, bem como a localização dos equipamentos de lazer para sua melhor utilização.

Ainda sobre o aspecto da melhoria da qualidade de vida, temos o enfoque da reordenação do tempo através da organização dos tempos sociais, objetivando uma ampliação do tempo livre. A esse respeito o referido autor nos coloca uma série de possibilidades de intervenção: política de circulação urbana ou de transportes urbanos (diminuição e humanização das horas gastas com transportes); estratégia da flexibilidade dos horários urbanos (na indústria, comércio e serviços); estímulo à flexibilidade dos horários de trabalho (o chamado horário móvel); incentivo do poder público à implantação de programas de lazer pelas empresas (intensificar o associativismo entre os empregados); valorização das férias, sobretudo, através das viagens (viabilização do turismo social).

Todos esses elementos de intervenção citados acima, se tiverem um tratamento adequado, propiciará aos indivíduos uma vivência mais agradável, um melhor aproveitamento do tempo livre e conseqüentemente o desenvolvimento pessoal e coletivo desejado. Resta nos refletir se esses elementos são cabíveis, em uma sociedade de consumo que privilegia o lucro como fator principal.

Temos ainda a última diretriz, ou seja, a operacionalização da política de lazer através da animação sócio-cultural (recursos humanos e atividades). Requixa (1980) defende a animação sócio-cultural, como o esforço de diferentes grupos sociais e do Estado para organizar uma vida social e cultural, que deverá se desenvolver especialmente no tempo livre. Segundo o autor, essa ação contribuirá para a integração social, descaracterizada na sociedade urbano-industrial, onde os tempos se fragmentaram, ocasionando o que ele vai chamar de “isolamento social do homem urbano, no plano cultural e no plano social”.

A efetiva realização desta animação requer dois níveis de recursos humanos: os profissionais especializados (professores de educação de física, pedagogos, assistentes sociais e outros) e também os voluntários (líderes religiosos, associações de bairro, trabalhadores sociais etc). As programações devem ser definidas de acordo com o público e com o espaço de lazer disponível, privilegiando atender às expectativas geradas pela divulgação do evento.

Concluindo, a política de lazer de acordo com Requixa (1980), pressupõe a valorização da democratização cultural e a melhoria de qualidade de vida, baseada na ordenação urbana, reordenação do tempo e pela animação sócio-cultural.

Camargo (1985) se baseia na análise de Requixa (1980), para esboçar seu entendimento a respeito de política de lazer. Neste sentido avalia que é crescente a consciência sobre a necessidade de uma política de lazer, chegando ao ponto de considerá-la tão básica como a necessidade de saúde, alimentação, moradia e outras.

Na concepção de Camargo, paulatinamente desaparecem do convívio social os preconceitos associados à questão do lazer, seja através da aquisição de aparelhos de televisão pela população favelada ou por parte do poder público ver o lazer como uma das prioridades de governo, mesmo nos quadros de “subdesenvolvimento” que se encontra o país. Problematisa ainda, essa questão, colocando em cheque o que é verdadeiramente prioritário e o que é secundário. Exemplifica, analisando a prioridade na construção de

alguns viadutos urbanos, que são duvidosos na melhoria do tráfego de veículos automotores e que dificultam por outro lado, a vida da maioria da população pedestre e coteja, os centros culturais são secundários?

Contextualizando o lazer a nível mundial, Camargo (1985) faz analogia entre a divisão do mundo em termos econômicos, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e no plano cultural que segundo ele, todos os países são subdesenvolvidos. Para sustentar essa afirmação demonstra os seguintes dados: na França cerca de 40% da população operária já foi a um teatro, enquanto que no Brasil esse índice não chega a 10%. Chegando a conclusão que nos dois países a maioria da população operária, não tem acesso a esse importante setor da vida cultural. Analisa ainda que, nenhum país economicamente desenvolvido conseguiu diminuir os índices de uso patológico do tempo livre. Sendo contraditoriamente nesses países ricos o maior abuso de drogas, de suicídios e de corridas noturnas, os chamados “rachas”.

De acordo com Camargo (1985), os países em desenvolvimento ou de periferia, não tem apenas a tarefa de superar suas condições de atraso econômico, mas sim, muitas outras, inclusive a de não confiar que o progresso econômico venha solucionar todos os seus problemas, é preciso investir especialmente no plano cultural. Pressupondo assim, a luta pelo desenvolvimento cultural. Neste sentido, o lazer mais do que a educação formal, é o campo privilegiado do desenvolvimento cultural.

Segundo o autor, hoje os preconceitos cujo lazer sempre foi alvo, já estão ultrapassados e agora são cada vez mais transformados em bandeira política, onde todos os partidos políticos querem defender o direito da população ao lazer, principalmente as mais carentes.

Conforme Camargo (1985:4) toda essa situação esboçada anteriormente produziu o conceito de política de lazer “o conjunto de metas de uma sociedade com relação ao seu próprio bem-estar dentro do chamado tempo livre”. Sendo com o objetivo de designar essas metas que no poder público, os termos de política municipal, estadual e nacional de lazer vem ganhando terreno.

Com base em todas essas considerações, o presente autor traz vários questionamentos a respeito das políticas de lazer estar quase sempre traduzidas em políticas de equipamentos de lazer e adverte que “uma política de lazer é também uma política de organização dos tempos sociais” (CAMARGO, 1985:5).

Nas idéias do autor, o que mais sensibiliza os governantes são as más condições ambientais para a prática do lazer da população, que estão relacionadas à tamanha insuficiência e o baixo nível qualitativo de espaços: poluição e congestionamento nas cidades; praias poluídas; parques reduzidos; ruas perigosas; prédios e conjuntos habitacionais que não prevê que a moradia além de abrigo é um espaço de consumo e produção de cultura; campos de várzea destruídos pela especulação imobiliária; as cidades que são produzidas privilegiando a escala sócio-cultural do jovem e do adulto-jovem, não tendo lugar para exteriorização e socialização da cultura dos idosos.

Há também, na visão do autor as questões ligadas ao mau uso dos espaços públicos existentes, sejam eles específicos ou não de lazer. É o caso de escolas bem equipadas que ficam ociosas nos fins de semana; a carência de espaços verdes e azuis nas cidades, enquanto os reservatórios públicos de água são vedados a recreação pública. Com base

nessas preocupações, aumenta o número de obras e volume de recursos para se investir na infra-estrutura física de lazer. É crescente nas prefeituras a preocupação em ampliar e equipar centros culturais polivalentes, parques, colônias de férias para o turismo social.

Concordamos com Camargo (1985), que todas essas iniciativas são relevantes. Mas é preciso lembrar que muitas vezes os parques são subutilizados, os centros culturais às vezes são rejeitados, as colônias de férias só são utilizadas por completo em época de férias e feriados prolongados. Ocasionando certo desalento das autoridades ao ver tal situação.

Refletindo sobre esta questão Camargo (1985:4), tem como hipótese que todas essas iniciativas que já foram alencadas, não deixam de ser importantes, mas “não esgotam a problemática do uso adequado e educativo do tempo livre”. Na opinião do autor, privilegia-se muito a dimensão do espaço numa política de lazer, reduzindo a mesma a uma política de equipamentos de lazer. Podendo provocar desvios se for considerada isoladamente, ou seja, é preciso considerar várias dimensões do problema, para não correr o risco de produzir uma ação apoiada apenas em novas obras públicas que, em partes resolve o problema do lazer urbano, mas por outro lado geram novos problemas, a subutilização é um desses. As outras dimensões a ser consideradas em uma política de lazer adequada são as defendidas por (REQUIXA 1980).

Para Camargo, se faz necessário uma série de reflexões sobre a implantação de qualquer tipo de equipamento de lazer, com o objetivo de avaliar a sua necessidade ou não.

A primeira reflexão está no fato de que “nem sempre, a transformação do espaço operada pela obra arquitetônica é harmoniosa em relação à percepção do espaço social da população” Camargo, (1985:7), ou seja, uma transformação arquitetônica do espaço requer uma ruptura da população com a paisagem habitual, levando essa a rever sua percepção do espaço. Neste sentido, temos como exemplo que, quanto mais inovadora a obra, mais difícil é a sua aceitação como paisagem pela população. Esta reflexão é importante, pois várias municipalidades constroem centros culturais gigantescos, áreas de lazer magníficas, que, no entanto, são desprezadas pela população. Dumazedier apud Camargo (1985:7) aborda que para todo programa educacional de lazer e principalmente para os equipamentos físicos, o ponto principal da educação popular é atender a população mais carente e por fim acaba por atender apenas aquelas pessoas que já possuem sintonia com a atividade proposta, ou no caso do espaço, à nova paisagem constituída.

Analisaremos uma segunda reflexão apontada por Camargo (1985:7) “O equipamento físico de lazer é mais importante para o uso qualitativo e não quantitativo do tempo livre”. Isso quer dizer que é necessário proporcionar à população não mais lazer, mas sim um lazer de melhor qualidade. Com base nessa reflexão, um parque deve permitir que a população exerça novos tipos de prática física (brincadeiras, corridas) e novas práticas associativas (passeios, confraternizações) como também novas formas de contato com a natureza, para um melhor aproveitamento de um tempo que seria gasto com a assistência da televisão, por exemplo.

Concretamente esta reflexão vem significar que investir na construção de um equipamento de lazer, é também investir no setor educacional do município, devendo então se preocupar com a participação dos educadores do tempo livre na formação desse novo espaço cultural.

O autor nos mostra uma terceira reflexão, que é decorrente da anterior, ou seja, se a função do equipamento de lazer é proporcionar uma qualidade superior no período de tempo livre, é necessário questionar também a respeito das possibilidades de melhoria do tempo livre no espaço domiciliar, no espaço do trabalho, bem como nos espaços de circulação urbana.

Outro autor que trabalha com a política de lazer é Martin (1985) mais especificamente com o lazer nos municípios. O referido autor aponta que diversos aspectos devem ser levados em consideração para a elaboração de um programa de lazer, são eles: recursos físicos disponíveis, recursos financeiros, características climáticas, tradições culturais do público alvo. Sendo evidente que cada comunidade terá suas especificidades, cada programa de lazer deverá se adaptar ao contexto da população que pretende atender.

Apoiado nessa idéia Martin (1985) estabeleceu uma classificação baseada nas inúmeras variáveis que influem na determinação das escolhas, aspirações, necessidades e possibilidades de atuação nos momentos de lazer dos membros de uma comunidade. Essas variáveis são: sexo, faixa etária, local de moradia, origem étnica, características físicas particulares. Segundo o autor essa classificação não é excludente, podendo um mesmo indivíduo pertencer simultaneamente a mais de um dos tipos de público. Sendo também uma classificação generalizante, apenas com o objetivo de subsidiar os responsáveis pelo planejamento e execução de atividades de lazer, bem como auxiliar a identificação dos problemas que podem enfrentar e das alternativas que podem adotar.

Marcellino (1994) considera que uma política de lazer, por ser uma política de ação social, deve ser baseada na operacionalização da ação comunitária, principalmente quando a organização que formula essa política não quer que essa ação seja confundida coma a conhecida “indústria cultural”, necessitando para isso de características próprias de ação. Objetivando essa alternativa de ação comunitária, é imprescindível o conhecimento da realidade, dos interesses e aspirações do público pretendido; bem como sua participação no planejamento, organização e avaliações das ações; é importante também a integração com os órgãos e instituições locais, para um apoio político e ainda financeiro com o intuito de manter ou ampliar a ação. Segundo o autor, é fundamental em uma atuação com o lazer, a consideração do seu duplo aspecto educativo, ou seja, de veículo e objeto de educação, e não apenas o valor de descanso e de divertimento, para que essa alternativa seja caracterizada como ação sócio-educativa.

O desenvolvimento de programas de lazer, tendo como suporte a ação comunitária, tende a minimizar os riscos da ação de especialistas, no que se refere ao direcionamento de programações, os chamados “pacotes de lazer” e ainda a possibilidade de valorização de suas preferências. Há também os riscos decorrentes da ação institucionalizada, sempre disfarçada na idéia de participação, mas que na verdade pode estar embutindo os cumprimentos dos seus objetivos institucionais e não os dos grupos envolvidos.

Bramante (1995) é outro autor que trabalhou a questão de políticas públicas para o lazer, caracterizadas por ele como sendo um envolvimento de diferentes setores. O autor esboça as várias dificuldades que o Brasil apresenta, como grande diversidade sócio-econômica; crescente urbanização; dificuldades de relacionamento do ser humano com o próximo e com o meio ambiente, entre outras. Diante deste contexto, o lazer quase sempre não é listado como prioridade, seguindo a mesma linha de outras áreas do setor público,

onde prevalece a minoria dos “mais dotados”, em detrimento da maioria da população que mais necessita.

Em suas argumentações Bramante (1995), mostra que nos últimos trinta anos no Brasil, a questão do lazer vem sendo tratada pelo poder público com ações desintegradas e descontínuas, que ora utilizam o lazer como massa de manobra política, ora como instrumento de controle social; aqui vale a pena fazer alusão ao conhecido “pão e circo”. Segundo essas circunstâncias, o autor avalia que, em decorrência de esforços isolados e assistemáticos, em conjunto com a passividade da população que não reivindica ou não está preparada para reivindicar do governo ações mais efetiva no campo do lazer, ocasionam deficientes políticas de lazer, nas esferas federais, estaduais e municipais.

4- Recorte analítico - O Parque das Andorinhas

Em pesquisa anterior (Ribas, 1998), verificamos que a área de lazer denominada Parque das Andorinhas, localizada no conjunto Habitacional Bartholomeu Bueno de Miranda – COHAB, em Presidente Prudente - S.P, era subutilizada pela população desse bairro, devido a vários fatores, tais como: entendimento parcial e limitado da questão do lazer, por parte da população e principalmente dos órgãos públicos, claramente evidenciados nos documentos analisados, na ausência de projetos de lazer, de democratização cultural, nos planos políticos, na falta de planejamento dos espaços de lazer construídos, bem como no gerenciamento e manutenção desses espaços, tornando-os subutilizados.

Outra característica marcante, é que essa área, como a maioria das áreas de lazer, é construída nos fundos de vale sendo, na visão dos administradores e da população, a única forma de utilização desses espaços urbanos. Neste sentido, a construção da área de lazer passa ter somente uma função urbanística, de melhoria na paisagem de quem passa pelo local, pois poucos equipamentos de lazer são implementados para a prática de atividades de recreação nesses locais, falta política de animação sócio-cultural, falta “vida” nesses locais.

Após o término das análises dos questionários realizados no bairro (COHAB) e das enquetes feitas no próprio Parque das Andorinhas, bem como o resgate literário das questões envolvidas, apresentamos no final da pesquisa um conjunto de propostas para o poder público municipal de Presidente Prudente, com o objetivo de otimizar o uso desse espaço de lazer, através da democratização cultural, da reordenação dos espaços, reordenação dos tempos e animação sócio-cultural. Propostas essas que não envolviam apenas a melhoria de infra-estrutura e equipamentos destinados ao lazer, mas também uma política de lazer que envolvesse a comunidade que frequenta esse local, com programações de lazer que atendessem os diversos segmentos e interesses da população.

As transformações físicas, ou seja, as melhorias na infra-estrutura, em novos equipamentos de lazer, como construção de pista de bocha, pista de skate, quiosques, academia da terceira idade (ATI), melhoria na iluminação, no parque infantil, na arborização, calçamento, bancos de assento, abertura de novos portões de acesso, e outras renovações vieram em meados de 2005, caracterizando a chamada revitalização do Parque das Andorinhas.

O termo revitalização é muito utilizado na arquitetura e urbanismo, como processo de recuperação de áreas degradadas principalmente em centros antigos e áreas portuárias.

Neste trabalho o referido termo é empregado no sentido de proporcionar novo impulso ou maior eficiência a área que não chega a estar degradada, mas enquanto espaço público de lazer necessitava de insuflar nova vida. Talvez o termo mais adequado seria o de renovação/reformulação, mas escolhemos revitalização, pois o parque ganhou “vida nova”, através não só dos novos equipamentos e infra-estrutura de lazer, mas também com novos usos e novos freqüentadores.

De acordo com os arquitetos e urbanistas, o grande destaque presente nas propostas de revitalização está na própria gênese da palavra: devolver a vida, a vitalidade, revitalizar uma área.

Podemos perceber que essa revitalização no Parque das Andorinhas, serviu não só para readequar o projeto do parque à nova dinâmica urbana, que se estabelece com a transformação e o crescimento da cidade, ou seja, estabelecer uma nova paisagem urbana do ponto de vista urbanístico, mas também criar novos usos, como exemplo o aumento de freqüentadores idosos, principalmente na pista de bocha e na academia da terceira idade, projetada especialmente para atender essa população.

Em suma, a revitalização no Parque das Andorinhas, proporcionou muito mais que um tratamento paisagístico do local, interferindo de forma positiva em seus novos usos, proporcionando uma maior identidade do referido espaço com a população local e com isso aperfeiçoar/otimizar uma área de lazer que em momentos anteriores estava sendo subutilizada pela população do bairro a qual pertence o parque. Caracterizando o que chamamos de lazer no/do público.

5-Bibliografia

BACAL, S. **Lazer: teoria e pesquisa**. São Paulo: Loyola, 1988.

BAUZER, R. **Crescer numa cidade grande**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

BRAMANTE, A. C. Políticas públicas para o lazer: o envolvimento de diferentes setores. In: **O lúdico e as políticas públicas: realidade e perspectiva**. Belo Horizonte: PBH/SMES, 1995.p.13-17.

CAMARGO, L. O. L. Política de lazer. In: **Estudos do Lazer**, São Paulo, n.1, p.3-7, out.1985.

DOWBOR, L. **Introdução ao planejamento municipal**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DUMAZEDIER, J. **Lazer cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão**. São Paulo: SESC, 1980 (a).

FRANCESCHI, N. M. de. **Lazer opção pessoal**. Brasília: DEFER – SCE/GDF, 1993.

- GAELZER, L. **Ensaio à liberdade**. Porto Alegre: DC Luzatto, 1985.
- GAELZER, L. **Lazer: benção ou maldição?** Porto Alegre: Sulina/ URGS, 1979.
- LEFEBVRE, H. **Critique a la vie quotidienne**. Paris: 1'Arche,1958.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Urupês, 1969.
- MARCELLINO, N.C. **Lazer e humanização**. Campinas: Papirus, 1983.
- _____. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1987.
- _____. **Capacitação de animadores sócio culturais**. Campinas: UNICAMP/FEF/DEL, 1994.
- MARTIN, P. R. Lazer nos municípios. In: **Estudos do Lazer**. São Paulo, n.1, p.9-17, out. 1985.
- MEDEIROS, E.B. Educação para o lazer. **Boletim de Intercâmbio**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 37-54, jul/set. 1980.
- _____. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: F.G. V, 1975.
- PATLAJAN, T. Urbanização e lazer. In: **Cadernos de Lazer**. São Paulo, n.3, p.39-50, 1978.
- REQUIXÁ, R. **As dimensões do lazer**. São Paulo: SESI, 1974.
- _____. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- RIBAS, R.A. **O lazer em Presidente Prudente: uma contribuição ao estudo do tempo livre**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1993. (monografia de bacharelado).
- _____. **Subutilização dos espaços públicos de lazer: o caso do Parque das Andorinhas** – Presidente Prudente – SP. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1998. Dissertação (Mestrado).
- RIESMAN, D. **Multidão solitária**. São Paulo, Perspectiva, 1971.
- ROBBA, F.; MACEDO, S. S. Praças brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, 2003 – [Coleção Quapá].
- SANTIN, S. Universidade, comunidade e tempo livre: Aspectos Filosóficos e Antropológicos. In: **Educação Física e Esportes na Universidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

YURGEL, M. **Urbanismo e lazer**. São Paulo: Nobel, 1983.